

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5

**Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)**

Atena
Editora
Ano 2019



Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas
5 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-165-7

DOI 10.22533/at.ed.657191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume V apresenta, em seus 36 capítulos os estudos mais recentes sobre as aplicações jurídicas, da psicologia, da ética e da comunicação na sociedade contemporânea.

A áreas temáticas deste livro mostram as aplicações dos estudos jurídicos sobre o cotidiano e o impacto de políticas inclusivas na construção dos espaços sociais modernos. Além disso a obra ressalta a importância das abordagens da ética e sociologia.

No segundo momentos são agrupados os estudos emergentes na área da psicologia e dos processos de comunicação e sua contribuição na construção de um ambiente pautado na educação, inclusão e participação ativa dos grupos sociais.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTERDISCIPLINARIDADE NO DIREITO	
Elizabeth Alves Brito Rafaela da Cunha Cavalcanti Ranulfo Barbosa Santos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6571911031	
CAPÍTULO 2	8
A APLICAÇÃO DA TEORIA DO INADIMPLEMENTO MÍNIMO, OU ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL, AO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: CONCEITUAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO	
Luiz Mesquita de Almeida Neto	
DOI 10.22533/at.ed.6571911032	
CAPÍTULO 3	17
A CONCENTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ACUSAR E INVESTIGAR: “PODERES” INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Luiza Reiniger Severo	
DOI 10.22533/at.ed.6571911033	
CAPÍTULO 4	26
NOVAS LEIS PARA RESOLVER VELHOS PROBLEMAS - A EFETIVIDADE DA LEI E SUAS IMPLICAÇÕES COM O ADVENTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
Gisele Beran Medella D’Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.6571911034	
CAPÍTULO 5	40
NEGÓCIOS PROCESSUAIS A PARTIR DO CPC/15: ALCANCES E LIMITES SOB A PERSPECTIVA DA BOA-FÉ E DA SEGURANÇA JURÍDICA	
Nathally Bianque Lopes Pereira Luciano Souto Dias	
DOI 10.22533/at.ed.6571911035	
CAPÍTULO 6	61
EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL E DIREITOS HUMANOS: UMA RELAÇÃO ANTAGÔNICA NA PRÁXIS	
Gabriel Pereira de Carvalho Gustavo de Assis Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6571911036	
CAPÍTULO 7	63
O INSTITUTO DA FEDERALIZAÇÃO DAS GRAVES VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS	
Denis Roberto Peçanha de Sant’Anna Almeida Luiz Felipe Barboza Domingues	
DOI 10.22533/at.ed.6571911037	
CAPÍTULO 8	74
A SITUAÇÃO CARCERÁRIA E A JUSTICIABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	
Karla Tayumi Ishiy	
DOI 10.22533/at.ed.6571911038	

CAPÍTULO 9 90

A FUNÇÃO SOCIAL E O EQUILÍBRIO CONTRATUAL NAS RELAÇÕES MASSIFICADAS DE CONSUMO

Marcelly Alves Araújo
Marina Arantes de Souza
Vitor Lemes Castro

DOI 10.22533/at.ed.6571911039

CAPÍTULO 10 100

A CONSTITUCIONALIDADE DAS NOVAS BIOTECNOLOGIAS AO SISTEMA AGROALIMENTAR BRASILEIRO

Ana Carolina de Moraes Garcia

DOI 10.22533/at.ed.65719110310

CAPÍTULO 11 115

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA SALINEIRA: ESTUDO DE CASO EM UMA SALINA DO MUNICÍPIO DE MACAU/RN

Brenno Dayano Azevedo da Silveira
Priscylla Cinthya Alves Gondim
Rogerio Taygra Fernandes Vasconcelos
Almir Mariano de Sousa Junior

DOI 10.22533/at.ed.65719110311

CAPÍTULO 12 130

O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO E SUA (DES)HARMONIA COM O SISTEMA CONSTITUCIONAL PÁTRIO

Guilherme Giovane Alves Taets
Raissa Dias Timóteo
Ana Cristina Magalhães Araújo Gorgulho

DOI 10.22533/at.ed.65719110312

CAPÍTULO 13 139

O IMPACTO DO CASO “A ÚLTIMA TENTAÇÃO DE CRISTO (OLMEDO JUSTO E OUTROS) VS. CHILE” COMO MARCO DA INFLUÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Beatriz Mendes Niyama
Gabriel Luís Massutti de Toledo Leme

DOI 10.22533/at.ed.65719110313

CAPÍTULO 14 143

PRECONCEITOS DE GÊNERO E SUA MANIFESTAÇÃO NAS DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS

Natália de Souza e Mello Araújo

DOI 10.22533/at.ed.65719110314

CAPÍTULO 15 145

O RECONHECIMENTO DO CASAMENTO DE CASAIS COM SEXUALIDADES FORA DA NORMA: DO PROJETO DE LEI Nº 1.151 DE 1995 À RESOLUÇÃO Nº 175 DE 2013

José Aélson Pereira de Araújo
Carolina Quarteu Rivera

DOI 10.22533/at.ed.65719110315

CAPÍTULO 16 153

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA APLICADO NA LEI MARIA DA PENHA

Antônia Alice Soares Araújo
Iáscaro Alves Campelo
Milton Sávio Melo Souto do Monte

DOI 10.22533/at.ed.65719110316

CAPÍTULO 17 165

BILHETES/*BEREUS* COMO AGENCIAMENTO PARA COMUNICAR NECESSIDADES DE SAÚDE EM PENITENCIÁRIA, MATO GROSSO

Reni Aparecida Barsaglini
Emília Carvalho Leitão Biato

DOI 10.22533/at.ed.65719110317

CAPÍTULO 18 177

REDE: UMA CATEGORIA EM ANÁLISE

Edjavane da Rocha Rodrigues de Andrade
Maria de Fátima Leite Gomes

DOI 10.22533/at.ed.65719110318

CAPÍTULO 19 188

A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTATUTO DO IDOSO COMO GARANTIA AOS DIREITOS SOCIAIS

Priscilla Roberta Alves Diniz
Andrea Silvana Fernandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.65719110319

CAPÍTULO 20 199

GESTÃO DE MOBILIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRECHEIROS EM CIDADES PEQUENAS

Cledione Jacinto de Freitas.
José Sterza Justo

DOI 10.22533/at.ed.65719110320

CAPÍTULO 21 214

PERFIL DE ACESSIBILIDADE NOS RESTAURANTES E HOTEIS DA ORLA MARITIMA DE JOÃO PESSOA: VERIFICAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE

Yakey Santos da Silva
Francielly Sales da Silva
Paula Dutra Leão de Menezes
Patrícia Pinheiro Fernandes Vieira

DOI 10.22533/at.ed.65719110321

CAPÍTULO 22 229

O PROTAGONISMO DE IDOSAS FRENTE A CATÁSTROFES NATURAIS: A RESILIÊNCIA EM QUESTÃO

Leda Nardi
Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão

DOI 10.22533/at.ed.65719110322

CAPÍTULO 23 238

OMÉDICOVETERINÁRIONONASF: SUA IMPORTÂNCIA NA PREVENÇÃO DE ANTROPOZOONOSES E A ATUAL SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA (PE) – REVISÃO DE LITERATURA

Lorena Maria Souza Rosas
Larissa de Sá Carvalho
Raisa Maria Souza Rosas
Vanessa Souza Inoue
Ana Caroline dos Santos
Lucas da Silva Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.65719110323

CAPÍTULO 24 246

SOBRE O LUTO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

André Victor Machado
Camila da Silva Ferrão
Giovanna Silva Segalla
Maria Virginia Filomena Cremasco

DOI 10.22533/at.ed.65719110324

CAPÍTULO 25 262

O PREÇO PELA EXPANSÃO DOS HORIZONTES FEMININOS: UMA ANÁLISE DIFERENCIADA DO ESTRESSE, OS MÚLTIPLOS PAPÉIS E A SOMATIZAÇÃO

Paula Beatriz Viana
Cristiane Camargo de Oliveira Brito

DOI 10.22533/at.ed.65719110325

CAPÍTULO 26 270

A RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA COTIDIANA: AS MULHERES IDOSAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Nádia Cristina Moraes Sampaio Gobira

DOI 10.22533/at.ed.65719110326

CAPÍTULO 27 283

A ORGANIZAÇÃO DE MULHERES RURAIS ATRAVÉS DE GRUPOS DE PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE HELIÓPOLIS/BA

Vanderleia Alves de Oliveira
Acácia Batista Dias
Ildes Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.65719110327

CAPÍTULO 28 296

PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE VALENTE

Diana Paula Nunes do Carmo
Acácia Batista Dias
Ildes Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.65719110328

CAPÍTULO 29 310

A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO NÃO VIOLENTA DE CONFLITOS: CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR

Alan Willian Leonio da Silva
Lúcio Mauro da Cruz Tunice

DOI 10.22533/at.ed.65719110329

CAPÍTULO 30	317
A DIDÁTICA E SEUS DESDOBRAMENTOS NAS ABORDAGENS DE ENSINO HUMANISTA E SOCIOCULTURAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes Edna Maria Querido de Oliveira Chamon Maria Aparecida Campos Diniz de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.65719110330	
CAPÍTULO 31	323
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA TEMÁTICA AMBIENTAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Victor Hugo de Oliveira Henrique	
DOI 10.22533/at.ed.65719110331	
CAPÍTULO 32	334
A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DA MÍDIA: UMA ANÁLISE DO PODER DE INFLUÊNCIA DA MÍDIA BRASILEIRA, EM UM DEBATE COMPARATIVO ENTRE A REFORMA TRABALHISTA E A CONDENAÇÃO DE LULA	
Hellen Cristina Silva de Oliveira Raphael dos Santos Freitas Victor Pimenta Bueno	
DOI 10.22533/at.ed.65719110332	
CAPÍTULO 33	348
A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: A REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL	
Márcio de Oliveira Guerra Vitor Pereira de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.65719110333	
CAPÍTULO 34	357
PUBLICIDADE E MEDIATIZAÇÃO: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA	
Diogo Rógora Kawano Leandro Batista	
DOI 10.22533/at.ed.65719110334	
CAPÍTULO 35	371
SE EU TEMO, ENTÃO VOCÊ TAMBÉM VAI TER MEDO DE PERDER: OS BENS DE FORTUNA E A “PUBLICIDADE DE CHOQUE”	
Danielle Cândido Maria Virgínia Borges Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.65719110335	
CAPÍTULO 36	384
UMA PITADA DE RÁDIO NA POLÍTICA BRASILEIRA	
Luciana Antunes Renato Teixeira Elvis W Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65719110336	
SOBRE O ORGANIZADOR	392

A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICA DA MÍDIA: UMA ANÁLISE DO PODER DE INFLUÊNCIA DA MÍDIA BRASILEIRA, EM UM DEBATE COMPARATIVO ENTRE A REFORMA TRABALHISTA E A CONDENAÇÃO DE LULA

Hellen Cristina Silva de Oliveira

Bolsista CAPES

Raphael dos Santos Freitas

Victor Pimenta Bueno

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Instituto de Estudos Sociais e Políticos da

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO: O presente artigo visa organizar um debate que perpassa pela capacidade da mídia de produzir hegemonia, além de organizar, hierarquizar e decidir o tema a ser discutido pela sociedade. Através do conceito de Sociedade de Espetáculo, discutimos aqui como a construção midiática e o poder de agendamento infere os debates de atores contra hegemônicos e de oposição, buscando compreender como esse movimento se origina, assim como analisar a construção da agenda político-midiática e o discurso que a grande mídia e seus proprietários trazem durante a aprovação da Reforma Trabalhista e da construção da imagem do ex-presidente Lula como símbolo da corrupção, através da utilização de sua condenação na Operação Lava-Jato como ferramenta de desfoque da aprovação da reforma trabalhista. Dessa forma, partimos de uma conceitualização do poder da mídia, da valência das principais notícias em relação ao ex-presidente Lula e a reação de setores da oposição ao governo de

Michel Temer

PALAVRAS-CHAVE: mídia; discurso; opinião pública; agendamento.

CONJUNTURA DOS ACONTECIMENTOS

O ano de 2014 gerou uma forte alteração no cenário político brasileiro. No dia 17 de março de 2014 foi deflagrada, pela Polícia Federal, a Operação Lava Jato, que averiguava esquemas de desvios na Petrobras, com cobertura midiática diária, acarretando uma disritmia no cenário político nacional.

As eleições deste ano foram marcadas pela reeleição de mais da metade dos deputados que já possuíam mandato, apesar do resultado recorde de renovação na Câmara (*Câmara terá em 2015 maior renovação desde 98; PT lidera com 70 deputados*), e pela disputa entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), que instigaram uma extrema polarização. Já em 2014, começam a surgir manifestações pedindo a saída da presidenta Dilma e intervenção militar (*Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo*), onde eram proferidas palavras de ordem como “ditadura do PT”, propondo a recontagem de votos das eleições de outubro do mesmo ano, o impeachment da presidenta e uma intervenção militar. É nesse

cenário que aparecem novos atores sociais, ideologicamente organizados na direita, que serão os principais movimentadores dos protestos de 2015/2016: o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua.

Em 15 de março de 2015, apoiados e patrocinados por partidos e políticos de oposição ao governo PT, o MBL e o Vem Pra Rua organizam atos, dispersos por todo o território nacional, atingindo todos os estados e Distrito Federal em mais de 250 cidades, onde marcaram presença cerca de 2,5 milhões de pessoas. Essas manifestações foram marcadas, nesse momento, pela luta contra a corrupção, o esgotamento e cansaço com o governo PT e o pedido de impeachment da presidenta Dilma.

Em agosto de 2015 tanto manifestações em defesa do mandato de Dilma quanto contra a presidenta ocuparam as ruas dos Brasil, marcando um cenário de disputa hegemônica de formação política e, acima de tudo, de opinião, evidenciando o caráter desigual com que a mídia tratava as duas ações. Em 16 de Agosto, cerca de 1 milhão de pessoas foram às ruas pedindo o impeachment, enquanto no dia 20, cerca de 190 mil pessoas foram às ruas defendendo o mandato, mas também rebatendo as propostas de ajuste fiscal. Em dezembro deste ano, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ), presidente da Câmara, aceita o pedido de impeachment da presidenta.

O ano de 2016 foi cunhado por fortes disputas de movimentos sociais, tanto pró quanto contra o impeachment, que marcaram a história do país com as maiores manifestações populares no Brasil, e pelo cenário político de enfrentamento e tensões que envolviam o debate acerca do processo de impeachment na Câmara e no Senado Federal. No dia 17 de abril, é aprovado em plenário na Câmara - por maioria qualificada - o prosseguimento do processo de impeachment, culminando no afastamento de Dilma no dia 12 de maio, após votação no Senado, e a ocupação interina de Michel Temer (PDDB/SP) da presidência.

No dia 31 de agosto de 2016 o mandato de Dilma Rousseff é cassado, após votação no Senado Federal, e Michel Temer assume a presidência em definitivo. Com o golpe, ocorre um avanço substancial de uma agenda neoliberal de austeridade, acarretando um aumento na taxa de desemprego e o crescimento da taxa de miséria extrema e desigualdade de renda.

Explodem no Brasil diversos movimentos de rua contrários ao mandato de Michel Temer como presidente, junto a um forte combate e demarcação em posição às suas medidas como presidente, em especial ao projeto de lei que estabelece o teto de gastos públicos, que congelam os investimentos do estado por 20 anos. Nesse momento, movimentos de estudantes secundaristas ocupam escolas contra essa reforma, seguidos pelas ocupações de universidades, totalizando cerca de 1000 instituições ocupadas (*Com quase 1.000 escolas ocupadas no país, ato de estudantes chega a SP*). Muitos processos de disputa social surgem nesse cenário. Novos atores entram em disputa e começam a debater o que fazer no cenário político estabelecido no país. Já em 2017, greves gerais começam a ser organizadas por centrais sindicais em

disputa com a proposta de reforma trabalhista do governo Temer, fechando garagens de ônibus, ocupando vias públicas e paralisando o país em manifestações, mesmo tendo sido minimizadas pela mídia nacional (*A imprensa e a greve geral*).

Com todo esse cenário político brasileiro, as disputas pela opinião pública se tornam as principais ferramentas de hegemonia nacional, onde o papel da mídia se apresenta como fundamental, assim como o tratamento que a mesma dá para cada tópico ou assunto. De maio para os dias de hoje, começam a surgir na mídia escândalos de corrupção, assim como gravações e delações, que começam a balançar a credibilidade da população nos políticos brasileiros, assim como a confiabilidade no sistema político representativo, onde entra aqui o antigo debate que cerca a reforma política.

A cortina de ferro que Temer construiu com o apoio parlamentar que possui, permite que ele atue e aprove suas medidas, mesmo com sua aprovação chegando a 5% (*Aprovação de Michel Temer cai para 5% e chega ao pior índice da história*). Tanto o teto de gastos públicos quanto a reforma trabalhista evidenciam essa força institucional do presidente.

Mas há um momento que interessa a esse trabalho para além disso tudo. No dia 11/07, a Reforma Trabalhista é votada e aprovada no Senado. No dia 12/07, o juiz Sérgio Moro condena, em primeira instância, o ex-presidente Lula a 9 anos e seis meses de prisão no caso do triplex investigado pelo Ministério Público no âmbito da Lava Jato. Enquanto os jornais pouco noticiaram as repercussões da reforma trabalhista, a condenação do Lula hegemonizou as pautas das principais mídias jornalísticas no Brasil, o que inquieta um debate da forma como a mídia tradicional molda a opinião pública e hegemoniza a formação dessa opinião.

DEBATE TEÓRICO

O ponto inicial para a construção deste debate é a construção do discurso e o poder de enquadramento e de agenda que este possui, como foi trabalhado por Foucault em sua obra *A Ordem do Discurso*. Dentro da tese do autor, argumenta-se que toda sociedade possui mecanismos de produção do discurso que se apresentam de forma “controlada, selecionada, organizada e redistribuída” (FOUCAULT, 2012, p.8-9). Desta maneira, estes mecanismos atuam no sentido de atenuar a aleatoriedade dos eventos e, em certa medida, corroborar para a manutenção de uma elite hegemônica. De acordo com Foucault, o discurso pode ser entendido como uma conjunção de signos conectados a outros discursos – ou outras narrativas, perspectivas –, que dentro de um sistema atua reproduzindo e perpetuando os valores hegemônicos da sociedade. Sendo assim, o discurso não seria tão somente uma construção lógica e direta, mas sim um instrumento organizacional que atua no controle a partir do desejo dos que coordenam o imaginário social.

“O desejo diz: ‘Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz’; E a instituição responde: ‘Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém.’” (FOUCAULT, 2012, p. 7).

A partir desta compreensão podemos entender a importância da construção do discurso para a manutenção de uma elite e como a correlação de poder deve ser entendida não como uma força estática, mas sim, como o próprio conceito indica, uma intensa disputa de controle do discurso que será amplamente veiculado. Dessa forma a construção do discurso e a propagação do mesmo através dos veículos midiáticos, ou seja, o discurso midiático em si, torna-se um instrumento essencial para a manutenção do conjunto de ideias hegemônicas capazes de controlarem o enquadramento das narrativas. Isto porque se faz necessário trazer a linguagem e a circulação do que se fala como ponto de análise das relações sociais e políticas. Se há mecanismos de controle da leitura sobre os acontecimentos no mundo social, esta disputa deve ser diagnosticada e investigada.

Os estudos sobre o papel da mídia no processo eleitoral ou sobre os efeitos da mídia na comunicação política são principalmente voltados para a análise do impacto da cobertura da imprensa no comportamento e nas atividades políticas dos eleitores dos EUA, por um comportamento ostensivo da mídia sobre questões principalmente da esfera privada dos candidatos. Após décadas de análise, a partir de estudos como de McCombs e Shaw (1972), emerge uma nova hipótese para o debate acerca da influência midiática a partir da investigação destas dinâmicas. Com a hipótese do *agendamento* (MCCOMBS e SHAW, 1972) se coloca que a mídia não teria o poder de influenciar na decisão dos seus consumidores, ou expectadores, – como visto na teoria da agulha hipodérmica – mas sim de pautar sobre o que a audiência pensa. Assim, a cobertura midiática, especialmente voltada para as eleições, teria papel fundamental em destacar os principais temas em discussão.

Alguns dos pressupostos da hipótese do agendamento são:

“a) o fluxo contínuo de informação: verifica-se que o processo de informação e de comunicação não é, como parecem pressupor as antigas teorias, um processo fechado. [...] Da manhã à noite, contudo, sofremos verdadeira avalanche informacional que, na maioria das vezes inclusive, nos leva ao conhecido processo de entropia, ou seja, um excesso de informações que, não trabalhadas devidamente pelo receptor, se perdem ou geram situações inusitadas como aquelas já flagradas no engraçadíssimo Samba do Crioulo doido de Stanislaw Ponte Preta. [...]; b) os meios de comunicação, por consequência, influenciam sobre o receptor não a curto prazo, como boa parte das antigas teorias pressupunham, mas sim a médio e longo prazos. Ou seja, é mediante a observação de períodos de tempo mais longos do que os habitualmente até então configurados que podemos aquilatar, com maior precisão, os efeitos provocados pelos meios de comunicação. Mais que isso, deve-se levar em conta não apenas o lapso de tempo abrangido por uma

determinada cobertura jornalística quanto, muito especialmente, o tempo decorrido entre esta publicidade e a concretização de seus efeitos em termos de uma ação conseqüente por parte do receptor. [...]; c) os meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor o que pensar em relação a um determinado tema, como desejava a teoria hipodérmica, são capazes de, a médio e longo prazo, influenciar sobre o que pensar e falar, o que motiva o batismo desta hipótese de trabalho. Ou seja, dependendo dos assuntos que venham a ser abordados – agendados – pela mídia, o público termina, a médio e longo prazos, por incluí-los igualmente em suas preocupações. Assim, a agenda da mídia termina por se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social.” (HOHLFELDT, 1997, p. 44)

Com esta hipótese, podemos estabelecer um claro paralelo entre a importância do agendamento feito pela mídia e a influência destes assuntos na construção da opinião dos expectadores acerca dos temas e da avaliação que o mesmo tem sobre estes temas. Complementar a isso temos o chamado *priming*, fenômeno largamente analisado no campo da comunicação, e comumente trazido para o estudo da mídia dentro da comunicação política. De acordo com Amorim (2013) o *priming* pode ser entendido com uma extensão do agendamento onde as questões de maior interesse por parte da mídia, ganhariam maior destaque nos meios de comunicação o que geraria uma hierarquia entre os temas pautados pela mídia. Esse efeito complementar é fundamental para compreendermos as conseqüências destes dois elementos para a construção do discurso e da manutenção da ordem social por parte da elite hegemônica.

Fica claro a partir destes conceitos como a mídia detêm um papel fundamental na percepção dos indivíduos sobre a agenda e conseqüentemente nos temas fundamentais para os mesmos. A construção do discurso e o controle da agenda por parte da mídia alinham-se fundamentalmente para a manutenção do status quo e do imaginário social. Sendo assim, podemos buscar entender como setores da sociedade devem atuar de forma organizada com o objetivo de combater a perpetuação deste discurso hegemônico.

METODOLOGIA

Como trabalhado no capítulo anterior, há um debate extenso sobre o papel da mídia na formação da opinião pública, assim como na percepção sobre agenda e nos temas fundamentais. A produção de um imaginário de compreensão temático que são incutidas em nossas mentes perpassa pela produção de um discurso hegemônico produzido por uma mídia concentrada na mão de poucos, que detêm o poder de agendamento de tópicos.

O que se percebe hoje é que a opinião majoritária da população tende a seguir as linhas imagéticas produzidas na grande mídia. Isto é, a forma como a grande mídia trabalha e repercute assuntos de relevância nacional, assim como a definição de temas e tópicos de debates, tende a formar as linhas de argumentação do senso comum e da grande maioria da população.

Neste tópico, iremos trabalhar dados que evidenciam como o agendamento da mídia se apresenta nos grandes veículos de comunicação, buscando demonstrar que o tratamento de certos tópicos é deixado de lado, intencionalmente, para que tópicos que buscam criar uma hegemonia de pensamento social acerca de um tema ocupem um maior espaço nos veículos de comunicação no Brasil. Para realizar esse trabalho, usaremos dados secundários, já trabalhados pelo projeto Manchetômetro, do grupo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

O grupo faz uso de uma metodologia chamada Análise de Valência, metodologia implementada no Brasil pelo professor e pesquisador Marcus Figueiredo. Essa metodologia se apresenta pela utilização de um método onde se busca responder se o texto a ser analisado possui alguma expressão no que tange aos personagens ou temas ali tratados. Com isso, se faz um esforço de análise onde busca-se estabelecer se a matéria trata o tópico de modo positivo, negativo, ambivalente ou neutro. As notícias são classificadas como favoráveis quando o teor contém referências primordialmente positivas à quem ela faz referência; como desfavoráveis quando o tratamento dado ao personagem ou tema possuem um caráter majoritariamente negativo; e, no caso de ocorrer um equivalência de fatores positivos e negativos, a notícia é registrada como ambivalente.

O projeto Manchetômetro utiliza como prática a análise das capas de jornais, além de editoriais, colunas e textos de opinião. Como muitas vezes, as capas de jornais são, nas palavras do grupo, taquigráficos, eles se utilizam da interpretação de textos para validar a valência correta, assim como da leitura dos outros modelos. Um membro do grupo faz uma avaliação primária, seguida de um revisor. Caso haja necessidade, um terceiro membro dá um parecer.

Os dados do grupo remetem a janeiro de 2015 abarcando os principais personagens do cenário político brasileiro, assim como os principais assuntos e temas da nossa política nacional. Através destes dados evidenciaremos aqui que os principais jornais do Brasil - o grupo utiliza análises do Jornal Nacional, O Globo, Estadão e Folha de São Paulo - construíram um imaginário do ex-presidente Lula. Em 2016 (*Estudo científico da UERJ revela massacre da mídia contra Lula*), o professor doutor João Feres Júnior, coordenador do Manchetômetro, apresentou um relatório onde mostrava que entre dezembro de 2015 e agosto de 2016 “foram ao ar praticamente 13 horas de notícias negativas sobre o ex-presidente, apenas 4 horas de noticiário considerado neutro e nem 1 segundo de notícias com viés positivo” (RELATÓRIO Manchetômetro, 2016). Ainda levantaram o argumento de que o Jornal Nacional “não contemplou o contraditório do ex-presidente, de sua assessoria ou se seus advogados” (RELATÓRIO Manchetômetro, 2016).

Esse cenário revela a forma parcial com que a figura do ex-presidente Lula vem sendo abordada na mídia depois da deflagração da Operação Lava Jato, o que é ponto balizador para esse trabalho uma vez que argumentamos aqui que o tratamento

dado ao ex-presidente foi um processo de construção de uma imagem negativa de Lula, numa cruzada para formar um imaginário nacional negativo do ex-presidente, numa intenção de criminalizar o Partido dos Trabalhadores (PT) e desenhá-lo como o símbolo da corrupção no Brasil, a fim de combater o governo Dilma e construir uma base popular de apoio para a derrubada da mesma.

Abaixo, mostraremos gráficos que trabalham as principais matérias que cercam tanto o ex-presidente Lula, em determinados períodos de tempo, assim como alguns temas relevantes, como a reforma da previdência. Não há gráficos que evidenciam o tratamento da reforma trabalhista pela pequena extensão do mesmo. Contudo, o que abaixo está sendo mostrado, serve como base argumentativa para a hipótese do trabalho, de que a mídia construiu a imagem do ex-presidente de forma negativa, transformando-o no rosto da corrupção brasileira atual e como isso foi utilizado por setores da mídia para abafar a repercussão e expansão do debate de temas como a reforma trabalhista, através da massificação das notícias sobre sua condenação em primeira instância, um dia após a reforma trabalhista no Senado Federal.

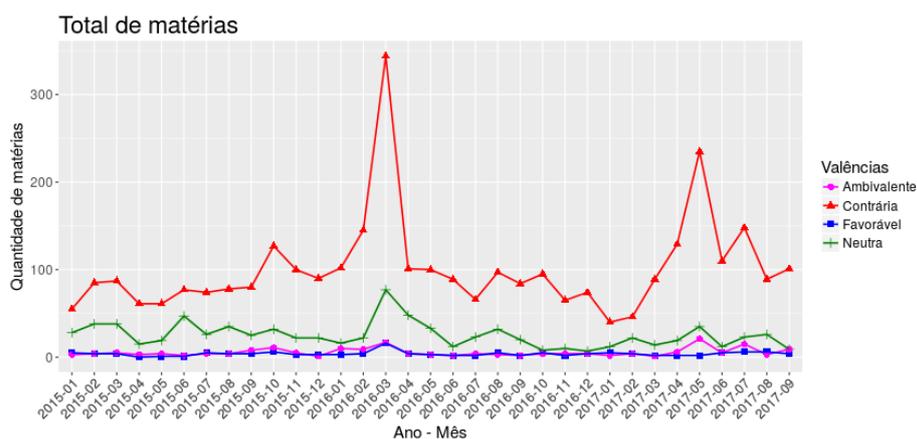


Fig 1. Dados Manchetômetro de notícias sobre Lula entre janeiro de 2016 e setembro de 2017.

O gráfico traz todas as notícias, nos veículos citados acima, sobre o ex-presidente Lula. Vemos aqui que, desde 2015, há uma hegemonia de notícias negativas de Lula, tendo dois picos de maior repercussão, em março de 2016 e maio de 2017.

Em março de 2016 o ex-presidente Lula foi conduzido coercitivamente a depor perante o juiz Sérgio Moro e a Polícia Federal, que cumpriu mandado de busca e apreensão na casa do ex-presidente, assim como mais 44 mandados judiciais, sendo 33 de busca e apreensão e 11 de condução coercitiva (*Polícia deflagra nova fase da Lava Jato na casa do ex-presidente Lula*).

Estes dados nos ajudam a analisar que a produção da imagem do ex-presidente nesses quase dois anos que o grupo analisa corrobora a teoria de agendamento e priming, que buscam criar tanto a hierarquização das pautas primordiais para a mídia, dentro do espectro midiático brasileiro, quanto o enviesamento de pensamento da população acerca de um tema através da massificação do mesmo na mídia.

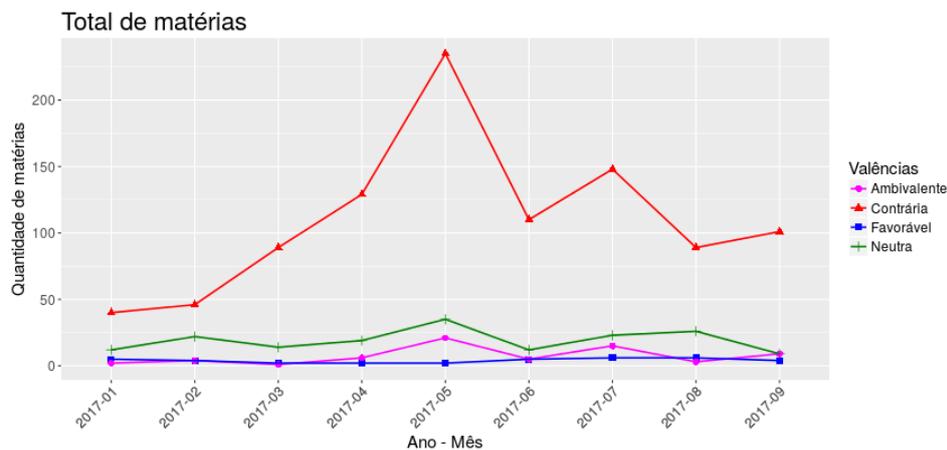


Fig. 2 - Dados Manchetômetro de notícias sobre Lula entre janeiro e setembro de 2017

O segundo pico de notícias negativas sobre o ex-presidente se deu em maio deste ano, quando Lula compareceu ao interrogatório, onde esteve à frente do juiz Sérgio Moro, onde foi debatido o envolvimento do ex-presidente com a empreiteira OAS, cujo envolvimento é alegado ser do recebimento do triplex no Guarujá e o custeio de armazenamento de sua propriedade (*Dia 3 de maio: Lula x Moro*). Este interrogatório foi a principal pauta do mês de maio e, como podemos ver no gráfico, a grande mídia tratou o tópico com um teor negativo.

Na ocasião, o ex-presidente disse que estava ansioso para o encontro “para saber as provas que tinham contra ele” (LULA, 2017). Nesse momento, Lula fazia referência ao relatório do Ministério Público Federal (MPF), apresentado em 14 de agosto de 2016 pelo procurador Deltan Dallagnol na peça “Lula Centro da Treta”, peça do MPF que apresentava toda a relação do ex-presidente com o esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato, onde Lula era apontado como principal articulador, mandante e centro de todas as operações (*Lula era o ‘comandante máximo’ do esquema da Lava Jato, diz MPF*).

Todo esse processo de construção do imaginário de um rosto para a corrupção tem sido pauta de diversos estudos e pesquisas que tocam o debate sobre o papel da mídia na conjuntura política do Brasil atual, assim como a forma como esse processo vem se desdobrando ao longo dos anos.

Para além do ex-presidente, o tratamento do Partido dos Trabalhadores também é um forte argumento na perspectiva da construção dessa imagem. No gráfico abaixo podemos ver que no mês de agosto deste ano, o tratamento da mídia dado ao PT foi majoritariamente negativo, onde na maioria dos meses, com exceção de julho de 2016 e o intervalo entre novembro de 2016 e março de 2017, mais de 100 notícias de valência negativa são vinculadas nos meios de comunicação por mês.

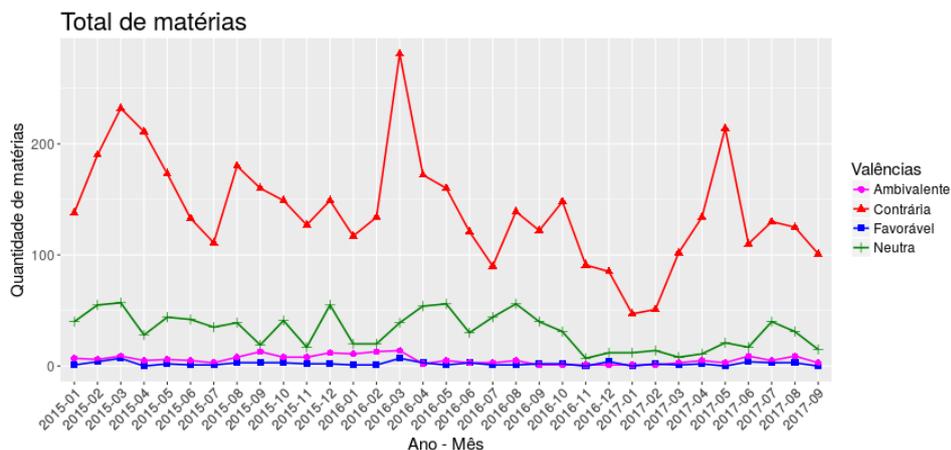


Fig 3 - Dados Manchetômetro de notícias sobre o PT entre janeiro e setembro de 2017

O que os dados nos mostram, dentro de nossa análise, é que o agendamento e o priming exercidos pelos principais meios de comunicação no Brasil tiveram como objetivo a construção de uma imagem negativa do ex-presidente Lula, o colocando como o grande articulador e pai da corrupção, assim como dos problemas que permeiam esse tema no país. Lembrando que não há aqui uma intenção de defesa do ex-presidente, muito menos a arguição de que ele é inocente e vítima da mídia. Nosso objetivo com a apresentação desses dados foi a de evidenciar que o papel da mídia na construção do pensamento político no país é um fenômeno exorbitante.

Quando, no dia 12 de julho de 2017, a mídia ocupou capas e horários de TV com a condenação do ex-presidente, em detrimento de pautar a aprovação no Senado da reforma trabalhista, ele produziu a hegemonia desse tema. E, ao fazê-lo, controlou o debate político na época. Dessa forma, refletiremos agora que a esquerda brasileira se prendeu a esse tema, e a defesa do ex-presidente, ao invés de pautar um tema primordial para sua base, o trabalhador.

AGENDA E IDEOLOGIA

Os casos supracitados apresentam uma série de elementos que envolvem não apenas o relato dos fatos, mas especulações e um teor de dramaticidade específico da leitura “espetaculosa” de um conteúdo objetivo. Esta é uma forma de conformar uma narrativa a partir da circulação de uma leitura específica sobre os fatos. Este aspecto pode ser abordado a partir da leitura de Debord (1997) em *Sociedade do Espetáculo*, que fala sobre a mediação entre fatos e narrativas, ou seja, da construção de um determinado discurso enquadrado por quem media a exposição dos fatos. O que intriga em relação ao conjunto não é apenas sua característica ideológica, mas as respostas colocadas diante do discurso midiático, supracitado como um mecanismo para a manutenção do discurso hegemônico.

De acordo com Debord, a narrativa construída sobre determinado objeto pode ser direta ou indireta, no contexto trabalhado vale ressaltar o argumento do autor acerca

das sociedades modernas e do modo de comunicação que as esmas apresenta. Para Debord (1997), toda sociedade que vive nos marcos modernos de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos (DEBORD, 1997, pg. 13). O espetáculo se dá como a imagem da sociedade separada dos aspectos da realidade, ainda que este faça parte da mesma por concentrar a consciência, este é um instrumento de unificação a partir de uma separação generalizada. Ou seja, é o agrupamento dos fatos que convém ao determinado enquadramento, ou agendamento, descolados de sua descrição total, passados numa perspectiva enviesada.

Tem-se então duas questões que podem ser abordadas do ponto de vista da mediação pela imagem, o resultado da votação da Reforma Trabalhista (*Projeto de Lei 38/2017*) e a prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A ocorrência cronológica dos fatos gera debates e especulações, porém neste trabalho não se pretende debater as correlações de força e as alianças dos agentes do poder público, mas como a agenda midiática e a reação à mesma podem ser um mecanismo de análise conjuntural e social. Não se pode negar que a alocação do foco data uma posição, visto o debate teórico apresentado, mas datar as posições não é o foco da presente análise, mas demonstrar o peso do recorte da circulação dos fatos.

O que se pode perceber a partir dos dados apresentados, é que ainda que a Reforma Trabalhista, cujo texto é público e o impacto preocupante é de extrema relevância para a realidade material da sociedade, a agenda midiática voltada para a informação sobre o mandato de prisão do ex-presidente é capaz de tornar esta segunda pauta o cerne da questão do debate público. Posto isto, o espetáculo não é o conjunto de imagens sobre um determinado objeto, mas uma relação social mediada por imagens. Desta forma, a leitura sobre determinado acontecimento, não se dá através da observação em si, mas pela mediação de uma narrativa.

A tática adotada pela mídia hegemônica é a reprodução contínua de um mesmo assunto, este carrega o que Debord (1997) aponta como elemento fundamental da narrativa interessada, do espetáculo, a mediação pela imagem. A especulação ocorre sobre o objeto desconhecido, o cunho desta especulação é capaz de expressar a tendência de um discurso. Sem o acesso aos fatos com total transparência, enxergar determinado objeto pela imagem generalista – e legitimada – da grande mídia é a tendência nas sociedades modernas sob o modo de produção capitalista. A oposição fica à cargo de subverter o debate imposto pela agenda hegemônica, obviamente se tem o desafio de colocar-se quanto ao acontecimento em voga, porém caso a oposição não busque colocar outras pautas em debate, estas entrarão em processo de esquecimento.

“O homem é uma criatura que procede a diferenciações. Sua mente é estimulada pela diferença entre a impressão de um dado momento e a que a precedeu. Impressões duradouras, impressões que diferem apenas ligeiramente uma da outra, impressões que assumem um curso regular e habitual e exibem contrastes regulares e habituais – todas essas formas de impressão gastam, por assim dizer, menos consciência do que a rápida convergência de imagens em mudança, a

descontinuidade aguda contida na apreensão com uma única vista de olhos e o inesperado de impressões súbitas.” (SIMMEL, 1973, p. 12).

Como coloca Simmel (1973) em *Metrópole e Vida Mental*, a sociedade moderna, e a mídia que também está inserida em sua lógica, oferecem uma grande quantidade de estímulos que os indivíduos acabam filtrando para preservar aspectos de sua subjetividade. Desta forma, reafirmar apenas a agenda de debates – ainda que argumentando de maneira contra hegemônica sobre o assunto – é confirmar outro no campo do irrelevante, que não precisa ser levado à consciência. Na conjuntura de exposição contínua de uma pauta, cuja narrativa está nas mãos do que a agendaram, faz-se necessário falar sobre outros pontos da conjuntura. Não se trata de desistir da pauta, mas demonstrar que sua repetição é capaz de esvaziar outras.

Pensando figura da ideologia citada acima, esta aparece tanto quando falamos sobre discurso hegemônico, quando falamos da retratação da matéria da vida social. Marx e Engels (1974) argumentam que a ideologia se dá por uma construção cognitiva que inverte a determinação do real, constituindo uma falsa consciência através de mecanismos capazes de colocar representações como verdadeiras, a mídia hegemônica possui a legitimidade para tal. Uma vez que a narrativa generalizante repetida continuamente tem potencial para ser tomada como verdade.

A ideologia tem como função precípua, segundo leitura marxiana da realidade, construir a distorção do estado de consciência do operário que o leva a submissão de classe, isto é, toma os valores da classe dominante como se fossem universais e necessariamente válidos. Essa postura retira do operário a capacidade de crítica sobre suas condições existenciais, perpetuando, assim, o seu status de coisa, de mercadoria na dinâmica do capitalismo. Por conta disso, a ideologia pode ser pensada, também, como um discurso que ao organizar as formas de pensar, dita o ritmo da realidade. (TROTTA, 2015, pg. 223).

Assim como Debord (1997), os autores colocam que as problemáticas da sociedade se dão pelas contradições e correlações de força não percebidas. A concepção indireta sobre os fatos gera concepções errôneas e tentativas ideológicas de solucionar tais problemáticas, desta forma pode-se dizer que uma vez que a oposição pública confirma como questão de debate público prioritário a prisão do ex-presidente, esta “põem tudo às avessas” (MARX e ENGELS, 1974 p. 98), e produz soluções invertidas, enquanto a questão da reforma mesmo contendo materialidade suficiente para uma perspectiva não ideológica do problema, acaba secundarizada pela agenda.

Ao suprimir a capacidade crítica, a ideologia faz com que os indivíduos não enxerguem diretamente o processo de inversão e postulação de narrativas, desta forma o caminho para a tomada de consciência diante de tantos estímulos se torna cada vez mais difícil. Para que o amplo debate democrático ocorra, é necessário que não só se coloque uma argumentação não ideológica sobre a questão da prisão do ex-presidente, mas que se entenda que a problemática social expressa em nossa conjuntura não advém disto. As contradições e rupturas de nosso tempo possuem

motivações mais complexas do que as apresentadas num discurso totalizante.

Em *The Perceptions of Reality*, James (1950) argumenta que a diferença fundamental entre imaginação e crença, colocando que a diferença essencial entre as duas condições é que a crença não se coloca apenas como abstração mental, mas contém realidade em si. A crença é colocada como “sentido – ou percepção – de realidade” por consistir no estado mental em que se “conhece a realidade”, se tratando do processo da certeza que se coloca sobre algo, por conta disso é descrita como “um tipo de sentimento mais próximo da emoção do que qualquer outro” (JAMES, 1950, p. 283). As narrativas mediadas se constroem a partir da retórica das emoções, contrariando a existência material de uma outra série de situações que influem no mundo político e social.

O estado de crença se dá pela suspensão da instabilidade e da incerteza, a ausência de contradição causaria estabilidade mental. Argumenta-se, por conta disto, que o contrário de crença não seria a descrença, mas a dúvida, o questionamento. Segundo a percepção da realidade, qualquer objeto que permaneça sem contradição pode ser considerado, pela lógica, verdade absoluta (JAMES, 1950). A afirmação de algo como real se dá pelo processo de aglutinar informações sobre um primeiro contato com este algo e as demais informações contidas na mente dos indivíduos. A existência de algo é constatada por sua relação com aquilo que se concebe como real, como certeza. Ao legitimar o discurso midiático e não propor um contraponto material sobre a conjuntura política, econômica e social brasileira, se esvazia o debate a ponto de confirmar como verdade absoluta aquilo que a percepção geral recebe e processa em diferentes níveis de reflexividade.

A escolha de determinada questão como prioridade no debate público é neste caso também uma escolha política, uma vez que o potencial de um *formador de opinião* é de trazer à tona e socializar a discussão sobre tal questão. O caminho contra hegemônico implica colocar em pauta aquilo que a comunicação ideológica se esforça para secundarizar. Desta forma, a oposição que confirma a agenda hegemônica pode estar ou submersa na busca por soluções ideologicamente construídas, ou corroborando para a circulação de determinado assunto. Existe a necessidade de ampliar as arenas de debate, contra uniformização das perspectivas.

CONCLUSÃO

A partir dos dados e reflexões apresentados no presente trabalho, pode-se argumentar que a apresentação de um objeto e a leitura do mesmo possui uma conexão direta com o posicionamento político daquele que constrói a análise. Como supracitado, a linguagem é uma ferramenta importante na criação do discurso, uma vez que os signos negativos e positivos de uma determinada análise conduzem a leitura dos interlocutores sobre os fatos, uma leitura alienada dos aspectos materiais

dos acontecimentos acaba negligenciando pontos críticos, postulando como verdade aquilo que não recebe um contraponto.

A questão do debate público e da circulação da informação tornam-se uma problemática democrática quando o discurso e a agenda são tomados como mecanismo de manutenção hegemônica. Entender a informação como poder não significa apenas reconhecer o papel ideológico da mesma, mas entender que a transparência dos fatos no debate público pode ser uma das vias da tomada de consciência, uma vez que a exposição dos fatos sem a mediação da imagem é capaz de promover criticidade nos interlocutores. Entendendo o papel determinante do monopólio midiático na agenda de debates da sociedade, propõe-se uma leitura crítica não só da construção da agenda, mas das consequências da leitura escolhida sobre o objeto central desta.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Paula K. D. F. “Media effects: efeitos cumulativos e de longo prazo dos modelos teóricos”. In: **Caderno Seminal** 20.20. Rio de Janeiro, 2013.

APROVAÇÃO. *Aprovação de Michel Temer cai para 5% e chega ao pior índice da história*. **Jornal Hoje**, 27 jul. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/umNdsn>. Acesso em: 10 out. 2018

BARAN, Stanley J.; DAVIS, Dennis K. Mass Communication Theory. In: **Foundations, Ferment, and Future**, Sixth Edition, 2010.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 38/2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <https://goo.gl/iKLNNJ>.

BOMFIM, Camila. FONSECA, Alana. E JUSTI, Adriana. *Polícia deflagra nova fase da Lava Jato na casa do ex-presidente Lula*. **Portal G1 Paraná**, 04 mar. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/vfiHpw>. Acesso em: 10 out. 2018

COSTA, Paula C. *A imprensa e a greve geral*. **Jornal Folha de São Paulo**, 30 abr. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/7azXkm>. Acesso em: 10 out. 2018

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIONÍSIO, Bibiana. CAMARGO, Isabela. E VIANNA, José. *Lula era o ‘comandante máximo’ do esquema da Lava Jato, diz MPF*. **Portal G1 Paraná**, 14 set. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/xVS8dP>. Acesso em: 10 out. 2018

ESTUDO. *Estudo científico da UERJ revela massacre da mídia contra Lula*. **Pragmatismo Político**, 05 dez. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/xfowAJ>. Acesso em: 10 out. 2018

GASPARI, Elio. *Dia 3 de maio: Lula x Moro*. **Jornal O Globo Digital**, 12 abr. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/KyQY5o>. Acesso em: 10 out. 2018

GUERREIRO, Gabriela. MAGALHÃES, João C. E TALENTO, Aguirre. *Câmara terá em 2015 maior renovação desde 98; PT lidera com 70 deputados*. **Jornal Folha de São Paulo**, 06 dez. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/2i4Hy5>. Acesso em: 10 out. 2018

HOHLFELDT, Antonio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista Famecos**, nº 7. Porto Alegre, 1997.

JAMES, William. “The Perception of Reality”, in: **The Principles of Psychology**. Nova Iorque: Dover Publications, 2007 [1950].

LIMA, Daniela. LIMA, Galeano. E URIBE, Gustavo. *Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo*. **Jornal Folha de São Paulo**, 01 nov. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/uLCHXJ>. Acesso em: 10 out. 2018

MARX, K. E ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Editorial Presença, 1974 [a]. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo LúcioNogueira.

MCCOMBS, Maxwell. E SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. In: **The Public Opinion Quarterly**, vol.36, Summer, 1972.

MUNDIM, Pedro Santos. *Um modelo para medir os efeitos da cobertura da imprensa no voto: teste nas eleições de 2002 e 2006*. **Opin. Publica [online]**. 2010, vol.16, n.2

ROSSI, Marina. *PEC 241: Com quase 1.000 escolas ocupadas no país, ato de estudantes chega a SP*. **Portal El País**, 25 out. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/JbTdSL>. Acesso em: 10 out. 2018

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

TROTTA, Wellington. *Esboço acerca da ideologia como inversão da determinação do real, em Marx*. Rio de Janeiro, 2015. **Revista Ítaca UFRJ** número 28. ISSN 1679-6799.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-165-7

